

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais	5
Parecer dos atuários independentes	9
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	17
Notas explicativas das demonstrações financeira individuais	18

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2017, o relatório dos auditores independentes e o parecer dos atuários independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”).

A Companhia em linha com sua estratégia, busca a atuação no Sistema Unimed, oferecendo seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial).

O Mercado Segurador

O mercado de seguros de ramos elementares de 2017 apresentou uma pequena alta de 1,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior em prêmios de seguros. O segmento de compreensivo residencial cresceu 6,24%, o de compreensivo empresarial caiu 0,37%, o de responsabilidade civil de administradores e diretores cresceu 8,08%, o de responsabilidade civil profissional cresceu 3,67% enquanto o de responsabilidade civil geral caiu 3,97%. O montante total do segmento de ramos elementares no exercício monta R\$ 70,8 bilhões, frente a R\$ 69,6 bilhões segundo dados da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

A sinistralidade no exercício de 2017 para os seguros de ramos elementares chegou a 51,7%, queda em relação a 2016 que gerou 55,4%. No segmento de responsabilidade civil a sinistralidade fechou 2017 com 50,7% contra 67,9% em 2016 e o compreensivo residencial e empresarial atingiram uma sinistralidade em 2017 de 35,5% (39,7% em 2016). A despesa de comercialização em responsabilidade civil teve um pequeno aumento, fechando 2017 com 15,4% sobre os prêmios ganhos (15,1% em 2016) e o compreensivo residencial e empresarial fecharam o ano de 2017 com 30,9% contra 30,6% em 2015.

Cenário Econômico

O ano de 2017 estima um PIB positivo de 0,9%, em linha com a meta do governo, ajudado pelo controle da inflação e pelo consumo das famílias, que voltou a consumir. O cenário político continua apresentando instabilidade, afetando os mercados em geral.

Outro fato que marcou a economia brasileira em 2017 foi o controle da inflação, sendo que o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apontou uma inflação média anual de 2,95%, abaixo do teto da meta estipulada pelo governo.

O desemprego foi outro termômetro da economia em 2017, a queda na taxa de desemprego ajudou na performance dos mercados de consumo e serviços.

A taxa de juros que durante o exercício sofreu algumas elevações, fechou o ano de 2017 com queda em relação a 2017, fechando em 7,0%.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Companhia em seu 4º ano de operação conseguiu resultados bastante expressivos tendo como foco neste período a comercialização de produtos específicos para o sistema Unimed. Neste exercício a Companhia atingiu o montante de prêmios emitidos líquidos da ordem de R\$ 27,4 milhões, com sinistralidade de 15,8%, sendo 6,8 p.p. menor que o exercício anterior e despesas de comercialização de 25,5% em 2017 (23,3% em 2016).

Em 2017, as despesas administrativas atingiram R\$ 11,1 milhões (R\$ 9,3 milhões em 2016) e o resultado financeiro monta R\$ 4,0 milhões (R\$ 4,5 milhões em 2016). A Companhia conseguiu seu primeiro resultado positivo, atingindo um lucro líquido de R\$ 1,0 milhão no exercício.

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia alcançou R\$32,1 milhões em 2017, representado por 39.729.342 ações.

Política de dividendos

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

**Aos Conselheiros e Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - valores correspondentes ao período anterior

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, os quais foram descritos na Nota Explicativa nº 2.b, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, com data de 22 de fevereiro de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e da demonstração de fluxo de caixa relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e nem sobre as demais informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

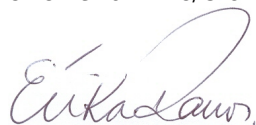
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Diretores da
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras individuais e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e



ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

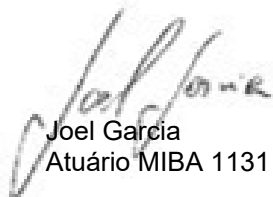
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.



Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018



Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
Cep: 04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas	22.286
Total de provisões técnicas auditadas	22.286
Total de ativos de resseguro	4.957
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a)	22.286
Valores redutores (b)	9.115
Total a ser coberto (a-b)	13.171
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	4.563
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	15.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	29.637
Exigência de Capital (CMR) (b)	15.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	14.637
Ativos Garantidores (d)	30.513
Total a ser Coberto (e)	13.171
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	17.342
Ativos Líquidos (g)	17.342
Capital de Risco (CR) (h)	4.563
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	380,1%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2017
0114, 0118, 0141, 0310, 0351, 0378, 0746	1.421.862

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016	01/01/2016 Reapresentado		Notas	2017	2016	01/01/2016 Reapresentado
Ativo Circulante		46.939	37.663	30.788	Passivo Circulante		29.816	26.595	11.095
Disponível		277	125	157	Contas a pagar		2.282	2.301	1.082
Caixa e Bancos		277	125	157	Obrigações a pagar	11	293	972	161
Aplicações	5a	26.108	18.596	23.117	Impostos e encargos sociais a recolher	12	1.082	798	448
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	11.583	11.552	4.440	Encargos trabalhistas	13	460	386	359
Prêmios a receber	6b	11.400	11.276	4.439	Impostos e contribuições		328	75	36
Operações com resseguradoras		183	276	1	Outras contas a pagar		119	70	78
Ativos de resseguro e retrocessão	7a	4.883	3.955	1.702	Débitos de operações com seguros e resseguros		5.521	6.375	2.936
Títulos e créditos a receber		20	25	139	Prêmios a restituir		11	15	9
Títulos e créditos a receber		20	25	19	Operações com resseguradoras	14	2.575	2.736	1.453
Créditos tributários e previdenciários		-	-	120	Corretores de seguros e resseguros		2.607	2.528	1.012
Outros créditos		16	18	9	Outros débitos operacionais		328	1.096	462
Outros valores e bens		17	29	28	Depósitos de terceiros	15	73	98	65
Outros valores		17	29	28	Provisões técnicas – seguros	16	21.940	17.821	7.012
Despesas antecipadas		50	30	7	Danos		21.940	17.821	7.012
Custos de aquisição diferidos		3.985	3.333	1.189	Passivo não circulante		438	103	-
Seguros	9	3.985	3.333	1.189	Provisões técnicas – seguros	16	346	-	-
Ativo não circulante		15.481	20.117	11.719	Danos		346	-	-
Aplicações	5a	12.547	16.499	7.265	Outros débitos		92	103	-
Ativos de resseguro	7a	74	-	44	Provisões judiciais	17	92	103	-
Títulos e créditos a receber		364	147	237	Patrimônio líquido		32.166	31.082	31.412
Créditos tributários e previdenciários	8	287	147	237	Capital social	18	38.000	38.000	28.000
Depósitos judiciais e fiscais	17	77	-	-	Aumento de capital (em aprovação)		-	-	10.000
Imobilizado	10a	14	2	3	Ajustes de Avaliação Patrimonial		151	107	(73)
Bens móveis		14	2	3	Prejuízos acumulados		(5.985)	(7.025)	(6.515)
Intangível	10b	2.482	3.469	4.170	Total do passivo e patrimônio líquido		62.420	57.780	42.507
Outros intangíveis		2.482	3.469	4.170					
Total do Ativo		62.420	57.780	42.507					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2017	2016
Prêmios emitidos		27.377	24.066
Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(2.515)</u>	<u>(7.804)</u>
Prêmios ganhos	20a	24.862	16.262
Sinistros ocorridos	20b	(3.916)	(3.670)
Custos de aquisição	20c	(6.352)	(3.783)
Outras receitas e (despesas) operacionais	20d	(436)	(295)
Resultado com operações de resseguros	20e	<u>(4.016)</u>	<u>(3.114)</u>
Receitas com resseguros		1.244	1.072
Despesas com resseguros		(5.260)	(4.186)
Despesas administrativas	20f	(11.123)	(9.258)
Despesas com tributos	20g	(1.402)	(969)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(2.383)	(4.827)
Resultado financeiro	20h	3.968	4.500
(=) Resultado operacional		<u>1.585</u>	<u>(327)</u>
(+) Resultado antes dos impostos e participações		1.585	(327)
Imposto de renda	21	(151)	31
Contribuição social	21	(231)	(16)
Participações sobre o lucro		<u>(163)</u>	<u>(198)</u>
Lucro / (prejuízo) líquido		<u>1.040</u>	<u>(510)</u>
Resultado atribuído aos:		1.040	(510)
Acionistas controladores		1.040	(510)
Quantidade de ações		39.729.342	39.729.342
Lucro / (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$		26,18	(12,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	<u>1.040</u>	<u>(510)</u>
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	79	327
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>(35)</u>	<u>(147)</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u><u>1.084</u></u>	<u><u>(330)</u></u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	1.084	(330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital (em	Ajuste de avaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	28.000	10.000	(73)	(6.515)	31.412
Aumento de Capital Social - Portaria 1.349 de 27 de abril de 2016	10.000	(10.000)	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	180	-	180
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(510)	(510)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>38.000</u>	<u>-</u>	<u>107</u>	<u>(7.025)</u>	<u>31.082</u>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	44	-	44
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.040	1.040
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>38.000</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(5.985)</u>	<u>32.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Unimed Seguros Patrimoniais S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	1.040	(510)
Ajustes para:	1.441	6.634
Depreciação e amortizações	987	704
Redução do valor recuperável de prêmios	42	(61)
Tributos diferidos	(35)	(147)
Ajustes a valor de mercado TVM	79	327
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(824)	(1.909)
Diferimento das provisões técnicas	1.937	9.996
Diferimento dos ativos de resseguro	(745)	(2.276)
Variação nas contas patrimoniais	(2.525)	(6.158)
Aplicações financeiras	(3.560)	(4.713)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(73)	(7.051)
Ativos de resseguro	(257)	67
Créditos fiscais e previdenciários	(140)	210
Depósitos judiciais e fiscais	(77)	-
Despesas antecipadas	(20)	(23)
Custos de Aquisição Diferidos	172	(235)
Outros ativos	19	(16)
Fornecedores e outras contas a pagar	(678)	810
Impostos e contribuições	403	412
Outras contas a pagar	49	(7)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(854)	3.439
Depósitos de terceiros	(25)	33
Provisões técnicas - seguros e resseguros	2.527	813
Provisões judiciais	(11)	103
Caixa gerado (consumido) nas operações	(44)	(34)
Impostos e contribuições pagos	208	4
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais	164	(30)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(12)	(2)
Caixa líquido / (consumido) nas atividades de investimento	(12)	(2)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	152	(32)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125	157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	277	125
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	152	(32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada por “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A. que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas.

A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99% e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A. cujo controle está diluído entre 227 cotistas em 31 de dezembro de 2017.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Demonstrações Contábeis.

c. Reapresentação de valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e à demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:

- (i) Os ativos e passivos diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados no balanço patrimonial conforme CPC 32 - Tributos sobre o lucro.
- (ii) Ajustes ao lucro líquido para os componentes que não afetam caixa, como a variação das provisões técnicas, o custo de aquisição diferidos, os ativos de resseguro e o ajuste de valor a mercado de TVM, os quais foram reapresentados na demonstração do fluxo de caixa.

- (iii) Detalhamento dos impostos pagos sobre o lucro destacados na atividade operacional da demonstração do fluxo de caixa.

Um resumo dos efeitos da reapresentação no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro e na Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados abaixo:

Balanço Patrimonial

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2016	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2016
Ativo			
Circulante	37.663	-	37.663
Ativo não circulante	20.210	(93)	20.117
Créditos tributário e previdenciários	240	(93)	147
Total de demais ativos	19.970	-	19.970
Total do ativo	57.873	(93)	57.780
Passivo			
Passivo circulante	26.595	-	26.595
Passivo não circulante	196	(93)	103
Tributos diferidos	93	(93)	-
Total dos demais passivos não circulantes	103	-	103
Patrimônio Líquido	31.082	-	31.082
Total do passivo e do patrimônio líquido	57.873	(93)	57.780

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2016	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2016
Prejuízo do exercício	(510)	-	(510)
Ajustes para:	916	5.718	6.634
Depreciação e amortizações	704	-	704
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(61)	-	(61)
Tributos diferidos	93	(240)	(147)
Ajustes a valor de mercado TVM	180	147	327
Variação dos custos de aquisição diferidos	-	(1.909)	(1.909)
Variação das provisões técnicas	-	9.996	9.996
Variação dos ativos de resseguro	-	(2.276)	(2.276)
Variação nas contas patrimoniais	(437)	(5.721)	(6.158)
Ativos financeiros	(4.533)	(180)	(4.713)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(7.051)	-	(7.051)
Ativos de resseguro	(2.210)	2.277	67
Créditos fiscais e previdenciários	117	93	210
Despesas antecipadas	(23)	-	(23)
Custos de aquisição diferidos	(2.144)	1.909	(235)
Outros ativos	(16)	-	(16)
Fornecedores e outras contas a pagar	803	-	803
Impostos e contribuições	416	(4)	412
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.439	-	3.439
Depósitos de terceiros	33	-	33
Provisões técnicas - seguros e resseguros	10.809	(9.996)	813
Provisões judiciais	103	-	103
Ajuste a valor de mercado TVM	(180)	180	-
Caixa consumido nas operações	(31)	(3)	(34)
Impostos sobre o lucro pagos	-	3	3
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(31)	1	(31)
Atividades de investimento			
Pagamento pela compra:	(2)	-	(2)
Imobilizado	(2)	-	(2)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2)	-	(2)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(33)	-	(33)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157	-	157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125	-	125

d. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

f. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas: 3f - Classificação dos contratos de seguro; 5 - Aplicações; 16 - Provisões técnicas - seguros; 9 - custo de aquisição diferidos e 17 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

h. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

i. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, após serem referendadas pela SUSEP. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se:

(a) CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15)

O CPC 47 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substituiu a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente. O CPC 47 é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia, com base em sua avaliação, não identificou impacto relevante com a adoção da norma em suas Demonstrações financeiras individuais.

(b) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

A IFRS 9 (ou CPC 48) - Instrumentos financeiros, introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada

de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

(c) IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das Companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para Demonstrações financeiras individuais de acordo com as IFRS.

A Companhia já utiliza modelos de contabilização em que registra ativos e passivos de arrendamento, e entende que a adoção não ocasiona impactos relevantes.

(d) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidos durante o período de vigência do contrato.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

- (i) ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
- (ii) ***Ativos financeiros mantidos até o vencimento***
São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- (iii) ***Ativos financeiros disponíveis para venda***
Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado.
- (iv) ***Empréstimos e recebíveis***
São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Prêmios a receber”.
- (v) ***Determinação do valor justo***
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil Bolsa Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP-Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação.

b. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

c. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica, sendo depreciados entre 5 e 10 anos.

d. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

e. Classificação dos contratos de seguros e de investimento

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro também são classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros.

Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

f. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento é de 70 dias e o diferimento de prêmios de 12 meses.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de comercialização, relativas aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

g. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. O prazo médio de diferimento do agenciamento é de 12 meses, considerando os prazos médios definidos pela vigência das apólices.

h. Avaliação de passivos originados de contratos de seguros

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada “*pro rata die*”, considerando para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos;
- A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. Até outubro de 2017 o cálculo era realizado de acordo com os percentuais definidos pela Circular SUSEP nº 517/15, e a partir de novembro de 2017 passou a ser calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 6 meses, com essa mudança de metodologia houve uma reversão de R\$ 1,2 milhão;
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e

avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (*Incurring But Not Enough Reported*), calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros;

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é calculada com base em metodologia própria onde são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre a somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, considerando o mês de constituição e os 11 (onze) meses anteriores, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR; e
- A provisão de despesas relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR), é calculada conforme médias do mercado, enquanto não possui histórico suficiente para derivar sua própria premissa, utiliza-se a base estatística da SUSEP - SES para embasar um percentual aplicado sobre a provisão de IBNR, -constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros.

i. Teste de Adequação dos Passivos - TAP

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem a cada data de balanço elaborar o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguro. Este teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e despesas de comercialização.

Para o teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em uma base de riscos similares.

As estimativas de prêmios e sinistros foram descontados pela taxa denominada estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ ANBIMA). Para a determinação do índice de sinistralidade utilizamos a projeção do orçamento de 2018, contemplando todos os ramos.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Para realização dos testes foram utilizadas as seguintes premissas:

- Índices Combinados;
- Sinistralidade de 36,81%;
- Estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) divulgada pela SUSEP e ANBIMA; e
- Despesas de manutenção da terceira.

Em 31 de dezembro de 2017, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

j. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do período corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável no período que excede R\$240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 20%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

l. Lucro/(prejuízo) líquido por ação

O lucro/(prejuízo) líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) pelo número de ações ordinárias em poder dos acionistas na data-base.

4 Gerenciamento de risco

O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a organização, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite

ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê. Com o objetivo de zelar pela transparência nas atividades, bem como nos relacionamentos da organização, os Comitês de assessoramento da Companhia contam também com a participação periódica do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a serem realizada pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia.

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da companhia.

Gestão de Capital

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esta Política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para

reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. São avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos ao qual a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. Abaixo, demonstramos o capital necessário para suportar riscos, na Unimed Seguros Patrimoniais S.A., vide nota 18e.

a. *Risco de subscrição*

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, sendo que o principal risco é da frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliado a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.
- **Recálculo das provisões técnicas** - periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados.
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

Análises de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros.

- Foi considerado agravamento de 5% nos valores dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR.
- Foi considerado aumento de 5pp na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

2017				
Premissas Atuariais	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido (2)	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido (2)
IBNR	1	-	1	-
Sinistralidade (1)	173	95	129	71

- (1) Aumento em 5 (cinco) pontos percentuais aplicados da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada das datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis;
- (2) Valores obtidos após a dedução do imposto.

(i) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

	Sinistro bruto de resseguro (*)				
	Ano do aviso do sinistro 2017				
	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	10	179	1.450	3.723	3.723
Um ano após o aviso	-	173	1.671	-	1.844
Dois anos após o aviso	-	308	-	-	308
Estimativa dos sinistros na data-base 31/12/2017	-	308	1.671	3.723	5.702
Diferença entre as estimativas inicial e final	10	(129)	(221)	-	(340)
Pagamentos de sinistros efetuados	-	47	977	1.507	2.531
Sinistros Pendentes em 31/12/2017	-	261	695	2.216	3.172
IBNR	-	-	-	-	3.498
IBNeR	-	-	-	-	287

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro

	Sinistro líquido de resseguro (*)				
	Ano do aviso do sinistro 2017				
	2014	2015	2016	2017	Total
No ano do aviso	10	166	976	2.502	2.502
Um ano após o aviso	-	159	1.172	-	1.331
Dois anos após o aviso	-	269	-	-	269
Estimativa dos sinistros na data-base 31/12/2017	-	269	1.172	2.502	3.943
Diferença entre as estimativas inicial e final	10	(103)	(196)	-	(289)
Pagamentos de sinistros efetuados	-	44	594	946	1.584
Sinistros Pendentes em 31/12/2017	-	225	578	1.556	2.359
IBNR	-	-	-	-	2.666
IBNeR	-	-	-	-	230

(*) Sinistro líquido de cosseguro e líquido de resseguro

Gerenciamento de riscos por linhas de negócio

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos.

Seguros de responsabilidade e patrimoniais

Os riscos associados a estes seguros incluem, entre outros:

- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto;
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros; e
- Risco de severidade e frequência dos sinistros.

Os riscos apresentados são gerenciados como segue:

- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices; e
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. Risco de mercado

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado seguimos o modelo de *VaR (Value-at-Risk)*.
- (ii) **Risco de taxa de juros**
 O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).
- (iii) **Resultados do teste de sensibilidade**
 Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados, classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, em um horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros	
Classe de ativo		+1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	16.740	167	(167)
Avaliados a Valor Justo	14.013	140	(140)
Títulos Pré Fixados			
Disponível para Venda	3.745	(37)	37
Até o Vencimento	4.157	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido		(37)	37
Impacto no Resultado		308	(308)
Impacto Líquido de Impostos PL		(21)	21
Impacto Líquido de Impostos Resultado		169	(169)
Total	38.655		

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as

outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações, não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma “Carteira de Liquidez”, com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata e com vencimentos de 1 a 30 dias, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Liquidez	31/12/2017		31/12/2016	
	R\$ (mil)	% Carteira	R\$ (mil)	% Carteira
Imediata	28.513	74%	28.110	80%
De 01 a 30 dias	8.196	21%	-	-
De 31 a 120 dias	425	1%	-	-
Acima de 361 dias	1.521	4%	6.985	20%
Total	38.655	100%	35.095	100%

Casamento dos ativos e passivos

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia *ALM (Assets and Liabilities Management)*. Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2017

	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	277	-	-	-	-	-	277
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5.548	-	-	-	8.465	-	14.013
Títulos públicos	-	-	-	-	8.465	-	8.465
Quotas de fundos de investimento abertos	5.548	-	-	-	-	-	5.548
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	7.938	11.446	1.101	20.485
Títulos privados	-	-	-	7.938	3.059	1.101	12.098
Títulos públicos	-	-	-	-	8.387	-	8.387
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	4.157	-	-	4.157
Títulos privados	-	-	-	4.157	-	-	4.157
Crédito das operações com seguros e resseguros (*)	-	267	620	11.077	-	-	11.964
Prêmios a receber	-	257	439	11.077	-	-	11.773
Operações com Resseguradoras	-	10	181	-	-	-	191
Ativos de resseguro e retrocessão	1.128	-	739	3.090	-	-	4.957
Títulos e créditos a receber	-	20	-	-	-	-	20
Outros valores e bens	-	17	-	-	-	-	17
Outros créditos	-	1	-	15	-	-	16
Custos de aquisição diferidos	203	-	-	3.782	-	-	3.985
Total dos ativos financeiros	<u>7.156</u>	<u>305</u>	<u>1.359</u>	<u>30.059</u>	<u>19.911</u>	<u>1.101</u>	<u>59.891</u>
Provisões técnicas (**)	4.497	-	346	17.443	-	-	22.286
Passivos financeiros	-	25	286	7.644	-	-	7.955
Obrigações a pagar	-	1	226	66	-	-	293
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.082	-	-	1.082
Encargos trabalhistas	-	-	-	460	-	-	460
Impostos e contribuições	-	-	-	328	-	-	328
Outras contas a pagar	-	-	-	119	-	-	119
Depósito de terceiros	-	24	49	-	-	-	73
Débitos de operações com seguros e resseguros (*)	-	-	11	5.589	-	-	5.600
Total dos passivos financeiros	<u>4.497</u>	<u>25</u>	<u>632</u>	<u>25.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.241</u>

(*) Valor bruto da provisão da redução ao valor recuperável.

(**) A segregação nas faixas de vencimento referem-se a Provisão de sinistros a liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas a Provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) e Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos, e têm seus ratings avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 31 dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a carteira de aplicações da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating das aplicações

Nota	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	Part. % Total	Valor	Part. % Total
Soberano	16.851	43%	13.118	38%
AAA	1.101	3%	-	-
AA	6.434	17%	10.774	31%
A	4.896	13%	439	1%
B	3.825	10%	4.645	13%
Total em Risco	33.107	86%	28.976	83%
Sem Classificação (*)	5.548	14%	6.119	17%
Total	38.655	100%	35.095	100%

(*) Inclui ações, Fundos Abertos e contas à pagar dos fundos próprios.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Concentração de riscos

A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes conforme apresentado abaixo:

2017												
Distribuição de prêmio emitido - por região geográfica bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
Compreensivo residencial	167	0,61%	34	0,12%	15	0,05%	454	1,66%	108	0,40%	778	2,84%
Compreensivo empresarial	187	0,68%	152	0,56%	86	0,31%	814	2,98%	606	2,21%	1.845	6,74%
Lucros cessantes	2	0,01%	3	0,01%	2	0,01%	22	0,08%	23	0,08%	52	0,19%
R. C. D&O	143	0,52%	185	0,68%	13	0,05%	1.377	5,03%	748	2,73%	2.466	9,01%
R. C. Geral	6	0,03%	4	0,01%	2	0,01%	23	0,08%	17	0,06%	52	0,19%
R. C. Profissional	996	3,64%	1.074	3,92%	504	1,84%	11.694	42,71%	7.916	28,92%	22.184	81,03%
Total	1.501	5,49%	1.452	5,30%	622	2,27%	14.384	52,54%	9.418	34,40%	27.377	100%

2016												
Distribuição de prêmio emitido - por região geográfica bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
Compreensivo residencial	49	-	12	-	3	-	98	1%	35	-	197	1%
Compreensivo empresarial	157	-	150	1%	138	1%	362	2%	451	2%	1.258	6%
Lucros cessantes	3	-	2	-	2	-	12	-	18	-	37	-
R. C. D&O	244	1%	362	1%	15	-	1.544	7%	1.020	4%	3.185	13%
R. C. Geral	3	-	4	-	1	-	7	-	12	-	27	-
R. C. Profissional	724	3%	924	4%	461	1%	10.807	45%	6.446	27%	19.362	80%
Total	1.180	4%	1.454	6%	620	2%	12.830	55%	7.982	33%	24.066	100%

f. Principais ramos de atuação

Ramo de atuação	Índice de					
	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Compreensivo residencial	473	125	79%	49%	28%	20%
Compreensivo empresarial	1.512	684	61%	64%	27%	28%
Lucros cessantes	41	20	1%	4%	19%	21%
R. C. D&O	2.534	2.531	-	1%	12%	14%
R. C. Geral	37	15	48%	12%	24%	21%
R. C. Profissional	20.265	12.887	13%	24%	27%	25%
Total	24.862	16.262	16%	23%	26%	23%

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Aplicações Financeiras		Vencimentos				Ativos				Total				
		Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Valor justo por meio do resultado			-	8.465	-	5.548	14.013	14.013	14.013	-	14.013	36,25%	17.403	49,59%
	Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	5.548	5.548	5.548	5.548	-	5.548	14,35%	6.119	17,44%
	Operações compromissadas	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.626	16,03%
	Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	8.465	-	-	8.465	8.465	8.465	-	8.465	21,90%	5.658	16,12%
Disponível para venda			7.938	11.446	1.101	-	20.485	20.211	20.485	274	20.485	53,00%	14.160	40,35%
	Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	4.641	-	-	4.641	4.642	4.641	(1)	4.641	12,01%	4.211	12,00%
	Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	-	3.746	-	-	3.746	3.490	3.746	256	3.746	9,69%	3.249	9,25%
	Letra Financeira (LF)	2	2.277	1.521	-	-	3.798	3.790	3.798	8	3.798	9,83%	2.055	5,86%
	Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	3.825	-	-	-	3.825	3.825	3.825	-	3.825	9,89%	4.645	13,24%
	Depósito bancário a prazo (CDB)	2	1.836	-	-	-	1.836	1.836	1.836	-	1.836	4,75%	-	-
	Debênture	2	-	1.538	1.101	-	2.639	2.628	2.639	11	2.639	6,83%	-	-
Mantidos até o vencimento			4.157	-	-	-	4.157	4.157	4.161	4	4.157	10,75%	3.532	10,06%
	Letra Financeira (LF)	2	4.157	-	-	-	4.157	4.157	4.161	4	4.157	10,75%	3.532	10,06%
Total			12.095	19.911	1.101	5.548	38.655	38.381	38.659	278	38.655	100%	35.095	100%

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, bem como não houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.

c. Taxa de juros contratada

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada		31/12/2017
				Saldo Contábil
Fundo Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			5.548
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,91%	CDI	1.836
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	116,37%	CDI	2.639
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	Títulos Privados Renda Fixa	108,00%	CDI	3.825
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	107,80%	CDI	3.798
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pós-fixados		PRE 17,90%	4.157
		100,00%	SELIC	13.106
Letras Tesouro Nacional (LTN)	Títulos Públicos pré-fixado	PRE	14,67%	3.746
Total				<u>38.655</u>

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2017	2016
Saldo Inicial do Exercício	35.095	30.382
Aplicação	42.289	46.500
Resgate	(42.740)	(46.483)
Receita Financeira	3.933	4.367
Ajuste a valor justo	79	327
Outros	(1)	2
Saldo Final do Exercício	<u>38.655</u>	<u>35.095</u>

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	2017	2016
Provisões técnicas	22.286	17.821
(-) Ativos de resseguro redutores	(2.877)	(2.005)
(-) Direitos creditórios	(6.238)	(4.939)
Total a ser coberto	13.171	10.877
Títulos de renda fixa - públicos	16.852	13.118
Títulos de renda fixa - privados	13.661	10.232
Total de ativos em garantia	30.513	23.350
Suficiência de cobertura	17.342	12.473

6 Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	Prêmios a receber				Operações com resseguradoras				Total	
	Riscos vigentes emitidos	Juros a apropriar	Riscos vigentes não emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos (*)	Sinistros pagos a recuperar	Despesas pagas	Redução ao valor recuperável	2017	2016
Compreensivo Residencial	282	(5)	6	(6)	-	16	2	-	295	90
Compreensivo Empresarial	445	(1)	71	(3)	1	83	5	(6)	595	611
Lucros Cessantes	11	-	2	-	-	-	-	-	13	11
R. C. D&O	950	(6)	101	-	-	-	-	-	1.045	1.607
R. C. Geral	18	-	4	-	-	-	-	-	22	11
R. C. Profissional	9.057	(9)	847	(364)	6	78	-	(2)	9.613	9.222
Total	10.763	(21)	1.031	(373)	7	177	7	(8)	11.583	11.552

(*) Refere-se a restituição de prêmio de resseguro.

b. Prêmios a receber por idade

	2017	2016
A vencer		
De 1 a 30 dias	3.782	5.295
De 31 a 120 dias	4.873	3.713
De 121 a 365 dias	2.422	2.036
Vencidos		
De 1 a 30 dias	326	290
De 31 a 120 dias	74	28
De 121 a 365 dias	39	240
Superior a 365 dias	257	5
Total	11.773	11.607
Redução ao valor recuperável	(373)	(331)
Prêmios a receber líquido	11.400	11.276

c. Movimentação de prêmios a receber

	2017	2016
Prêmios pendentes no início do exercício	11.276	4.439
Prêmios emitidos líquidos de IOF e cancelamento	29.705	22.399
Recebimentos	(29.522)	(19.048)
IOF	2.183	1.655
Juros sobre parcelamentos	44	23
RVNE	(2.244)	1.747
Redução ao valor recuperável	(42)	61
Prêmios pendentes no final do exercício	11.400	11.276

7 Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

a. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	2017	2016
Compreensivo Residencial	54	1	8	3	-	66	28
Compreensivo Empresarial	523	28	256	30	1	838	482
Lucros Cessantes	17	1	-	1	-	19	13
R. C. D&O	925	54	8	57	4	1.048	1.089
R. C. Geral	14	2	5	2	-	23	10
R. C. Profissional	1.557	117	593	653	43	2.963	2.333
Circulante e não circulante	3.090	203	870	746	48	4.957	3.955

b. Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

	2017			
	Saldo no início do exercício	Constituição	Reversão	Saldo no final do exercício
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	2.424	6.312	(5.646)	3.090
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	440	548	(785)	203
Sinistros pendentes de pagamento	195	2.393	(1.718)	870
IBNR	848	384	(486)	746
PDR	48	117	(117)	48
Circulante e não circulante	3.955	9.754	(8.752)	4.957

2016				
	Saldo no início do exercício	Constituição	Reversão	Saldo no final do exercício
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	1.209	5.163	(3.948)	2.424
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	233	568	(361)	440
Sinistros pendentes de pagamento	3	882	(690)	195
IBNR	284	644	(80)	848
PDR	17	36	(5)	48
Circulante e não circulante	1.746	7.293	(5.084)	3.955

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo	Resseguradores	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio líquido de resseguro (Nota 20 e)	Sinistros a recuperar (Nota 20 e)	Agência classificadora	Rating
Local	Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	3.612	(1.325)	2.287	296	Moody's	Baa3
Local	Austral Resseguradora S.A.	1.680	(611)	1.069	245	A.M. Best Company, Inc.	B++
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	2.083	(687)	1.396	331	A.M. Best Company, Inc.	A-
Local	Terra Brasis Resseguros S.A.	985	(358)	627	179	A.M. Best Company, Inc.	B++
Local	Scor Brasil Resseguro S.A.	1.461	(529)	932	290	S&p	BBB/Stable
Total		9.821	(3.510)	6.311	1.341		

8 Créditos tributários e previdenciários

	2017	2016
Ajustes temporais de imposto de renda	105	34
Ajustes temporais de contribuição social	50	69
PIS diferido	19	6
COFINS diferido	113	38
Total não circulante	287	147

9 Custos de aquisição diferidos

	2017	2016
Saldo no início do exercício	3.333	1.189
Constituição	7.454	5.887
Reversão	(6.802)	(3.743)
Saldo no final do exercício	3.985	3.333

10 Imobilizado e Intangível

a. Movimentação do Imobilizado

	Movimentação				Custo de aquisição	Taxas anuais de depreciação (%)
	2016	Aquisições	Depreciação	2017		
Móveis, máquinas e utensílios	2	2	-	4	5	10%
<i>Hardware</i>	-	6	-	6	6	20%
Equipamentos	-	4	-	4	4	10%
Total	2	12	-	14	15	

	Movimentação				Custo de aquisição	Taxas anuais de depreciação (%)
	2015	Aquisições	Depreciação	2016		
Móveis, máquinas e utensílios	3	-	(1)	2	3	10%
Total	3	-	(1)	2	3	

b. Movimentação do Intangível

	Movimentação				Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
	2016	Aquisições	Amortização	2017				
<i>Software</i>	1.412	-	(553)	859	2.765	(1.906)	859	20%
<i>Software em desenvolvimento</i>	2.057	-	(434)	1.623	2.207	(584)	1.623	20%
Total	3.469	-	(987)	2.482	4.972	(2.490)	2.482	

	Movimentação				Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
	2015	Aquisições	Amortização	2016				
<i>Software</i>	1.966	-	(554)	1.412	2.765	(1.353)	1.412	20%
<i>Software em desenvolvimento</i>	2.204	3	(150)	2.057	2.207	(150)	2.057	20%
Total	4.170	3	(704)	3.469	4.972	(1.503)	3.469	

11 Obrigações a pagar

	2017	2016
Fornecedores	68	759
Participação nos lucros a pagar	223	213
Outros pagamentos	2	-
Total	293	972

12 Impostos e encargos sociais e recolher

	2017	2016
Imposto de renda retido de funcionários	68	55
Imposto de renda retido na fonte	8	13
Imposto sobre serviço retido	1	2
Imposto sobre operações financeiras	820	647
Contribuições Previdenciárias	138	58
Contribuições para FGTS	28	21
Outros impostos e encargos sociais	19	2
Total	1.082	798

13 Impostos e contribuições

	2017	2016
Provisão IRPJ	228	2
(-) Antecipação de IRPJ	(108)	(2)
Provisão CSLL	206	2
(-) Antecipação de CSLL	(100)	(2)
COFINS	88	64
PIS	14	11
Total	328	75

14 Operações com resseguradoras

	2017	2016
Resseguradora local	2.353	1.882
Prêmio de resseguro - RVNE	222	854
Total	2.575	2.736

15 Depósitos de terceiros

Referem-se substancialmente a créditos relativos ao recebimento de prêmios e emolumentos de seguros não identificados.

<i>Aging</i>	2017	2016
De 1 a 30 dias	-	9
De 31 a 60 dias	4	35
De 61 a 120 dias	6	9
De 121 a 180 dias	15	2
De 181 a 365 dias	25	13
Acima de 365 dias	23	30
Total	73	98

16 Provisões técnicas - seguros

a. Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de sinistros a liquidar administrativo - PSL	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para despesas relacionadas - PDR	2017	2016
Compreensivo residencial	426	65	18	6	515	130
Compreensivo empresarial	981	322	42	2	1.347	754
Lucros Cessantes	28	-	1	-	29	19
R. C. D&O	1.718	10	64	4	1.796	1.856
R. C. Geral	30	6	4	-	40	17
R. C. Profissional	12.329	3.056	2.984	190	18.559	15.045
Total	15.512	3.459	3.113	202	22.286	17.821

b. Movimentação das provisões técnicas

	2017				
	Provisão para prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de sinistros a liquidar administrativo - PSL	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para despesas relacionadas - PDR	Total
Saldos no início do exercício	12.997	956	3.661	207	17.821
Reavaliação	27.377	2.636	1.605	93	31.711
Cancelamento/(Reavaliação)	(24.862)	(3.080)	(2.153)	(274)	(30.369)
Avisos	-	4.811	-	193	5.004
Pagamentos	-	(1.864)	-	(17)	(1.881)
Saldos no final do exercício	15.512	3.459	3.113	202	22.286
	2016				
	Provisão para prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de sinistros a liquidar administrativo - PSL	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para despesas relacionadas - PDR	Total
Saldos no início do exercício	5.193	143	1.571	105	7.012
Reavaliação	24.066	543	2.351	127	27.087
Cancelamento/(Reavaliação)	(16.262)	(1.360)	(261)	(25)	(17.908)
Avisos	-	2.281	-	-	2.281
Pagamentos	-	(651)	-	-	(651)
Saldos no final do exercício	12.997	956	3.661	207	17.821

17 Provisões judiciais

Natureza	Provisões judiciais						Depósitos judiciais		
	Saldo em 2016	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorários de sucumbência	Saldo em 2017	2017	2016
1 - Fiscal	-	21	-	1	-	-	22	17	-
1.1 INSS Liminar Judicial	-	21	-	1	-	-	22	17	-
2 - Contingências cíveis	103	91	(120)	27	(18)	(13)	70	-	-
3 - Contingências trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	60	-
Total	103	112	(120)	28	(18)	(13)	92	77	-

1. INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A empresa, através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda possível as seguintes verbas, adicionais de hora-extra e noturno, férias usufruídas, descanso semanal remunerado, e considera como perda provável, salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e consequentemente constituindo a provisão destes valores.
2. A Companhia responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com a classificação de perda “provável” e “possível” é de R\$ 70.

a. Composição da provisão de sinistros judiciais a liquidar

	2017		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	Valor da Provisão
Provável	6	47	48
Possível	5	438	298
Remota	16	371	-
Total	27	856	346

b. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar

	2017
Saldo no início do exercício	-
Total pago	(8)
Novas constituições	410
Baixa da provisão por êxito	(10)
Alteração de estimativas ou probabilidades	(62)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	16
Saldo no final do exercício	346

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 38.000 (R\$ 38.000 em 31 de dezembro de 2016), está representado por 39.729.342 (39.729.342 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Esta reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e acréscimo do capital de giro.

A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos.

d. Dividendos

De acordo com o artigo 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- (a) Lucro líquido do exercício;

- (b) (-) Constituição da reserva legal de 5%; e
- (c) Sobre a base de cálculo, distribuir no mínimo 10% como dividendos.

Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do Imposto de Renda, poderá ser determinada eventual parcela destinada à participação da Diretoria.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido.

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado da Companhia:

	2017	2016
Patrimônio líquido	32.166	31.082
Ajustes contábeis:	(2.531)	(3.999)
Despesas antecipadas	(49)	(30)
Ativo intangível	(2.482)	(3.469)
Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionadas à PPNG	-	(500)
Ajustes econômicos:	2	99
Ganho não realizado - títulos mantido até o vencimento	2	99
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	29.637	27.182
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
Capital base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	4.563	3.520
Capital risco de subscrição	3.889	2.895
Capital risco de crédito	799	785
Capital risco operacional	213	147
Capital risco de mercado	23	57
Redução por correlação dos riscos	(361)	(364)
Capital mínimo requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.000	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	14.637	12.182
Suficiência de capital (%)	49%	45%

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta índice de liquidez de 380,06%.

19 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.;
- (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.;

- (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.;
- (d) Despesa de plano odontológico dos funcionários com a coligada Unimed Saúde e Odonto S.A.;
- (e) Receita com prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A., e
- (f) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
			Débitos de Operações Cooperativas Unimed	5	4
Prêmios a receber (e)	185	274	Outras contas a pagar:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	70	49
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	50	21
Total Ativo	<u>185</u>	<u>274</u>	Total Passivo	<u>125</u>	<u>74</u>
Receita			Despesa		
			Despesa de Comercialização Cooperativas Unimed	62	7
Prêmios emitidos (e)	2.163	1.273	Despesas administrativas:		
			Unimed Seguros Saúde S.A. (b)	198	155
			Unimed Seguradora S.A. (c)	5	4
			Administradores (f)	6	5
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	1.050	472
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	291	220
Total Receita	<u>2.163</u>	<u>1.273</u>	Total Despesa	<u>1.612</u>	<u>863</u>

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2017	2016
Prêmios emitidos	32.740	25.573
Prêmios cancelados	(3.035)	(3.174)
Prêmios RVNE	(2.243)	1.747
Prêmios restituídos	(85)	(80)
Varição da PPNG	<u>(2.515)</u>	<u>(7.804)</u>
Total	<u>24.862</u>	<u>16.262</u>

b. Sinistros retidos

	2017	2016
Sinistros avisados administrativos	(4.024)	(1.464)
Despesas com sinistros	(64)	(103)
Despesas com sinistros de assistência	(119)	(13)
Variação da provisão de IBNR	291	(2.090)
Total	(3.916)	(3.670)

c. Despesas de comercialização

	2017	2016
Comissões sobre prêmios emitidos	(5.697)	(4.881)
Comissão de agenciamento	(4)	(108)
Outros custos de aquisição	(1.303)	(938)
Variação de comissões diferidas	559	1.854
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(24)	(11)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	117	301
Total	(6.352)	(3.783)

d. Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Despesa com cobrança	(107)	(54)
Despesa com administração de apólices e/ou contratos	(38)	(29)
Provisão para riscos de créditos	(42)	61
Outras despesas com operações de seguros	(234)	(22)
Despesas diversas	(15)	(251)
Total	(436)	(295)

e. Resultado com resseguro

	2017	2016
Receitas com resseguros:	1.244	1.072
Indenização de sinistros	1.341	476
Variação da provisão de IBNR	(101)	564
Variação das despesas relacionadas do IBNR	4	32
Despesas com resseguros:	(5.260)	(4.186)
Prêmios de resseguro cedido proporcional	(6.596)	(5.576)
Prêmios de resseguro cedidos não proporcional	(156)	(317)
Cancelamento de resseguro	438	729
Restituição de resseguro	3	1
Prêmios de resseguro RVNE	631	(445)
Variação da despesa de resseguro diferido	428	1.422
Outros resultados com operações de resseguro	(8)	-
Total	(4.016)	(3.114)

f. Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(5.668)	(4.128)
Serviços de terceiros	(3.464)	(3.284)
Localização e funcionamento	(1.656)	(1.183)
Despesas com publicidade e propaganda	(158)	(452)
Despesas com publicações	(155)	(146)
Despesas com donativos e contribuições	(15)	(31)
Outras	(7)	(34)
Total	(11.123)	(9.258)

g. Despesas com tributos

	2017	2016
Impostos federais	(207)	(120)
Impostos municipais	(30)	(14)
COFINS	(763)	(540)
PIS	(124)	(87)
Contribuição sindical	(42)	(3)
Taxa de fiscalização	(230)	(205)
Outras	(6)	-
Total	(1.402)	(969)

h. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas com títulos privados	1.741	2.681
Valor justo por meio de resultado	223	1.382
Disponíveis para venda	894	767
Mantidos até o vencimento	624	532
Receitas com títulos públicos	1.607	1.473
Valor justo por meio de resultado	745	556
Disponíveis para venda	862	908
Mantidos até o vencimento	-	9
Receitas com fundos de investimentos	585	213
Valor justo por meio de resultado	585	213
Receitas financeiras com operações de seguros	61	41
Receitas financeiras com depósitos judiciais	2	-
Receitas com créditos tributários	4	-
Outras receitas financeiras	35	100
Total receitas financeiras	4.035	4.508
Despesa com operações de seguros	(46)	(6)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(11)	-
Encargos sobre provisões para contingências	(10)	-
Outras despesas financeiras	-	(2)
Total despesas financeiras	(67)	(8)
Resultado financeiro	3.968	4.500

21 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	1.422	(525)	1.422	(525)
Adições:				
Provisão para risco de créditos e outros	2.556	956	2.556	956
Brindes e patrocínio	2	14	2	14
Provisão para contingência cível	144	-	144	-
Programa de participação no resultado - PPR	223	212	223	212
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos e outros	(2.505)	(1.016)	(2.505)	(1.016)
Provisão para contingência cível	(156)	-	(156)	-
Programa de participação no resultado - PPR	(212)	(99)	(212)	(99)
(-) Compensação Base Negativa períodos anteriores	(442)	-	(442)	-
Base de cálculo:	1.032	(458)	1.032	(458)
Aliquotas:				
Imposto de renda e Contribuição social	(155)	-	(206)	-
Adicional 10%	(79)	-	-	-
Outros	6	-	-	-
Tributos correntes	(228)	-	(206)	-
Tributos diferidos	77	-	(25)	-
Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	31	-	(16)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(151)	31	(231)	(16)
Alíquota efetiva	10,60%	5,90%	16,24%	3,05%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.531 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.973 em 31 de dezembro 2016), as quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados pelo fato da Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos, 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8